

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE  
DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM**

**KARINY DOS SANTOS RIBEIRO**

**GRUPO VIRTUAL DE APOIO ÀS MÃES E PAIS UNIVERSITÁRIOS: RELATO  
DE EXPERIÊNCIA**

**SÃO CARLOS-SP**

**2023**

**KARINY DOS SANTOS RIBEIRO**

**GRUPO VIRTUAL DE APOIO ÀS MÃES E PAIS UNIVERSITÁRIOS: RELATO  
DE EXPERIÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Enfermagem da Universidade Federal de São Carlos, para obtenção do título de Bacharel em Enfermagem.

Orientadora: Profa. Dra. Sonia Regina Zerbetto

**SÃO CARLOS-SP**

**2023**

## RESUMO

**Objetivo:** descrever um relato de experiência sobre grupo virtual de apoio às mães e pais universitários. **Método:** trata-se de relato de experiência, na perspectiva de uma mãe indígena universitária, por intermédio de suas memórias, na participação em rodas de conversa e reuniões no decorrer dos encontros informais e virtuais formados por um grupo de apoio em rede social (via facebook), intitulado Grupo de Mães e Pais Universitários (GMPU) em uma universidade federal do interior paulista, durante o período de 2014 a 2022. **Resultados:** Os temas abordados consistiram em: reserva de vagas na creche localizada dentro do campus, criação de um centro de convivência familiar, instalação de fraldários, acesso das crianças ao restaurante universitário. Este grupo teve papel relevante para conquistar algumas reivindicações, apesar de ainda constarem algumas pendências. Foi constatado que, no período pandêmico da COVID-19, as lutas constantes e permanentes foram impactadas por este evento, ocorrendo evasão de participantes, devido à conclusão de curso de graduação de algumas mães e isolamento social, o que enfraqueceu a força atuante do grupo. **Considerações finais:** conclui-se que além do episódio da pandemia que dificultou a efetivação do grupo, a universidade não está preparada para receber mães com seus filhos pequenos. Enfatiza-se a importância do retorno do grupo, pois se faz uma referência para as próximas mães universitárias que precisam de uma rede de apoio no contexto acadêmico e pós primeiras ondas da COVID-19.

**Descritores:** Mães; Narrativa Pessoal; Pandemia; Povos Indígenas; Apoio Social.

## SUMÁRIO

<b>1.INTRODUÇÃO</b> .....	5
<b>2.METODOLOGIA</b> .....	6
<b>3.RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	6
<b>3.1</b> <i>Enfrentando as dificuldades e desafios no universo acadêmico</i> .....	7
<b>3.2</b> <i>O surgimento do grupo de apoio no ambiente virtual e seus desafios</i> .....	8
<b>4.CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	10
<b>5.REFERÊNCIAS</b> .....	11

## 1.INTRODUÇÃO

Mundialmente, as pessoas têm utilizado de redes sociais virtuais para possibilitar interações sociais, acessar fontes de informações, facilitar trocas de experiências e adquirir conhecimentos, o que se constitui em campo atrativo entre usuários para compor uma teia relacional e de aprendizagem coletiva e colaborativa (CABRAL et al., 2020).

As redes sociais, por intermédio de seus grupos de discussão, como por exemplo, *Facebook*, também se constituem em *locus* propício para solicitação de apoio, de debates, de aprendizado, de reivindicações de direitos sociais (MARTINEZ, 2019; SILVA; GUEDES, 2020), trocas de experiências, compartilhamento de notícias e artigos (MARTINEZ, 2019).

O panorama atual de velocidade da comunicação virtual e das mídias digitais, a internet tem sido considerada como uma ferramenta potente para o apoio às mulheres (CABRAL et al., 2020).

Estudo com mães universitárias em ambiente virtuais de rede social, com o objetivo de analisar o impacto da maternidade na vida acadêmica, aponta que conciliar estas duas variáveis se torna um desafio, considerando a sobrecarga de trabalho no desempenho das funções de maternagem e as discriminações sofridas (SILVA; GUEDES, 2020).

Considerando a temática do presente estudo, a presença das mulheres indígenas no ensino superior é cada vez mais notório nas universidades brasileiras. Elas enfrentam batalhas no mundo acadêmico para conquistarem o diploma de graduação, como forma de alcance de seus objetivos. Tal situação possibilita compreender que a universidade se torna um espaço de reflexões e conquistas de conhecimento e o diploma constitui em instrumento de luta para esta população (VIEIRA, 2020).

Entretanto, estudo aponta dificuldades vivenciadas por esta população, as quais permeiam a estereotipia em sua aparência física e de identidade indígena advinda do imaginário social e acadêmico, desencadeando preconceitos e situações de exclusão social, bem como dificuldades de aprendizagem interpretadas no âmbito individual e não institucional (HUR et al., 2018).

No referente à maternidade da mulher indígena universitária, estudo aponta dificuldades enfrentadas que se iniciam na comunidade indígena e continuam na universidade, considerando a busca por igualdade de direitos de gênero e étnica, necessidade de se distanciar de seus filhos para ingressão no universo universitário, bem como a luta pelos direitos igualitários entre mulheres indígenas e não indígenas (MOLINA; RIBEIRO, 2021).

Entretanto, no período pandêmico da COVID 19 houve acúmulo de demandas advindas desta situação, principalmente nos primeiros anos de seu surgimento no Brasil, o que ocasionou sobrecarga física e emocional para estas mulheres, devido ao pouco tempo de descanso e muitas preocupações

com as tarefas diárias. Dessa maneira, elas não encontraram alternativas para auxiliá-las, como por exemplo, redes de apoio de familiares, de creches, entre outras (SILVA et al., 2020), o que possibilitou sofrimento psíquico. Portanto, o contexto pandêmico impôs restrições e maiores demandas no cotidiano das mulheres (JONES et al., 2022).

Porém, quando se trata de mulheres, estudantes e mães, o contexto pandêmico tem se tornado ainda mais exigente, considerando que elas têm assumido várias responsabilidades, como por exemplo, as atividades do trabalho, da escola, do cuidado da casa e da família (SILVA et al., 2020).

No referente às mães indígenas e universitárias, esse cenário se torna mais complexo, pois, assim como outras estudantes indígenas, elas também estão habituadas a viver em coletivo e próximas de seus familiares (BERGAMASCHI; DOEBEER; BRITO, 2018).

Diante do exposto, este estudo justifica-se considerando que a existência de grupos virtuais de mães-universitárias e, principalmente, mãe-indígena universitária, constitui em espaço democrático de compartilhamento de necessidades e dificuldades desta população, bem como luta para conquistar os direitos e reivindicações coletivas.

O objetivo deste estudo é descrever um relato de experiência de uma mãe indígena universitária sobre um grupo virtual de apoio às mães e pais universitários durante o período de 2014 a 2022.

## **2.METODOLOGIA**

A presente pesquisa trata-se de um relato de experiência vivenciada por uma mãe indígena universitária, que ao longo da graduação encontrou como rede de apoio um grupo virtual formado por pais e mães universitários de uma universidade federal do interior paulista. A rede social consistiu via *facebook*, onde eram tratadas pautas relevantes a reivindicações de direitos para a permanência dos seus filhos no espaço universitário.

A descrição do relato foi realizada por intermédio das memórias da mãe-indígena universitária, durante a participação em rodas de conversa e reuniões no decorrer dos encontros informais e virtuais formados por um grupo de apoio em rede social (via *facebook*), intitulado Grupo de Mães e Pais Universitários (GMPU) em uma universidade federal do interior paulista, durante o período de 2014 a 2022.

## **3.RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### *3.1 Enfrentando as dificuldades e desafios no universo acadêmico*

Pertencente a uma comunidade indígena situada no norte do estado do Espírito Santo, ao ingressar na universidade, recém-chegada a uma realidade totalmente diferente do habitual, ou seja, cultura diferente. A literatura aponta que algumas situações podem amenizar os conflitos de interculturação, ou seja, os estudantes indígenas já terem contato prévio com a cultura ocidental, por terem passado pela escola em um processo de aprendizagem da cultura não indígena (VERA; AVERSI-FERREIRA; LUCCHESI, 2011). Apesar disso, para a participante deste estudo, houve um choque cultural, como por exemplo, alimentação, considerando que a farinha e o peixe são essenciais na cultura de diversos povos indígenas. Durante a colonização do Brasil, a alimentação indígena tinha como alicerce a mandioca, na forma de farinha e/ou de beijus, o piracuí, uma espécie de peixe consumido por diversas aldeias indígenas da Amazônia (SANTOS; PASCOAL, 2013), a qualidade da farinha e dos peixes encontrados nos mercados da cidade e no restaurante da universidade é diferente do que temos nas aldeias, então não conseguia consumi-los e sentia falta desses alimentos.

Além de estar com filho pequeno precisando de apoio para adaptar-se aos costumes da cidade e à rotina universitária, percebi que teria muitas adversidades e desafios para enfrentar nesta nova jornada da minha vida. Todas as dificuldades e desafios vivenciados se não forem discutidos à luz da academia poderão colocar em risco o verdadeiro sentido de inclusão e permanência do indígena no ensino superior (VERA; AVERSI-FERREIRA; LUCCHESI, 2011). Algumas dificuldades identifiquei nesta minha trajetória, tais como: rede de apoio deficiente, pois não contava com a presença de conhecidos ou familiares para me darem apoio naquele momento; o curso era ministrado em período integral e tinham atividades em laboratório, impossibilitando levar meu filho às aulas, além de ter a negativa de alguns professores com a presença da criança em sala de aula. Estudo aponta que a maioria das mulheres universitárias constituem em cuidadoras responsáveis pelos seus filhos e filhas, o que as limita no tempo previsto para rotinas dos estudos e presença em sala de aula (SILVA; GUEDES, 2020).

Outra situação desafiadora que as mães universitárias enfrentam durante a vida acadêmica envolve a dificuldade do acesso ao campus universitário, justificada pela distância entre suas moradias e a universidade, sendo um dos motivos de ausência ou atrasos nas aulas por causa da responsabilidade do cuidado de suas crianças ou necessidade de delegar este cuidar a outrem (SILVA; GUEDES, 2020).

Outro fator agravante salientado em literatura envolve a resistência por parte de docentes em permitirem a presença dos filhos das discentes no ambiente da sala de aula. Além disso, os autores apontam incompreensão dos docentes em reconhecerem a sobrecarga de atividades vivida pela discente e do número de suas ausências nas aulas (SILVA; GUEDES, 2020).

Outra dificuldade nesta temática envolveu atitudes e ações discriminatórias praticadas pela comunidade acadêmica, sobretudo de discentes à população indígena universitária (SILVA; GUEDES, 2020). Portanto, percebe-se que minha trajetória acadêmica foi marcada por esses fatos, levando-me ao cancelamento de algumas disciplinas e até mesmo o pensamento de desistência do curso.

Desta maneira, a princípio, necessitava que o meu filho ficasse em um local seguro e a creche era uma boa opção.

Ao procurar a creche localizada no espaço da universidade, não havia reserva de vagas para os filhos dos estudantes, e para se conseguir uma vaga era muito difícil, o que me desencadeou insegurança e dúvidas relacionadas a como agir e a quem procurar. Sozinha, desesperada e com medo de não conseguir acompanhar a rotina do curso, pois faltava muito nas aulas devido a essa situação, voltava à creche constantemente na esperança de conseguir a vaga. Nessas idas e vindas, encontro mães que estavam reunidas e procurando estratégias para reivindicar o direito de seus filhos.

### **3.2 O surgimento do grupo de apoio no ambiente virtual e seus desafios**

Acolhida pelo grupo e relatando as dificuldades enfrentadas diariamente, surgiu o interesse de me aproximar daquelas mães, que no momento era o único apoio que tinha, o que nos tornamos mais seguras em conhecer e lutar pelos direitos de permanência. Além disso, por intermédio do grupo pude conhecer outras mães e pais indígenas, ainda que em menor número de pessoas, com os mesmos desafios somando com o grupo. A necessidade de criar um grupo de apoio para os pais e mães universitários com intuito de organizar e articular melhor as demandas de suas reivindicações, foi fundamental.

O grupo foi criado em 2011, intitulado Grupo de Mães e Pais Universitário (GMPU) em uma rede social (via *facebook*), local de interação virtual, formado por mães estudantes da graduação, bolsistas do Programa de Assistência Estudantil, financiado pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), o qual tem como finalidade auxiliar a permanência de acadêmicos com baixa renda em cursos presenciais de graduação de instituições de ensino superior federais. O respectivo Programa caracterizou-se por proporcionar uma convivência afetiva entre mães e crianças e identificar pautas essenciais para a permanência de mães e pais com filhos de até 6 anos de idade na Universidade. Os encontros agendados pelo grupo na rede virtual eram realizados presencialmente nos intervalos das aulas das mães universitárias e de suas crianças, em fins de tarde, com temas para serem desenvolvidos por intermédio de atividades de arte e educação organizadas pelo GMPU. Às vezes, as reuniões presenciais eram realizadas nas casas das famílias em momentos de



confraternização e, também, de organização e construção coletiva de pautas importantes para serem abordadas em reuniões com a Pró- Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PROACE), a qual é responsável em gerir ações e estratégias, com o objetivo de promover a qualidade de vida e a permanência de todas as pessoas que compõem a comunidade universitária. A página do GMPU no *facebook* constitui de canal fundamental de divulgação de informações, de facilitar contatos e trocas de experiências, sendo atualizada constantemente com informações pertinentes às lutas e reivindicações do grupo.

Ao tornar-se integrante do grupo, o fortalecimento do coletivo de mulheres-mães e contribuições eram reconhecidas na participação destas pessoas em roda de conversa e reuniões no decorrer dos encontros informais e virtuais. As pautas abordadas eram relacionadas às necessidades imediatas das crianças, como criação de um centro de convivência familiar, pois, o campus não possuía um local certo para tal demanda, instalação de fraldários e acesso das crianças ao Restaurante Universitário (RU). Geralmente, os espaços ocupados pelas crianças consistiam nos arredores da creche ou na biblioteca. A criança não tinha permissão de adentrar nas dependências do RU e nem usufruir da refeição fornecida pelo restaurante. Uma das conquistas do grupo foi a instalação de fraldários pelo campus, os quais foram disponibilizados, porém, até o presente momento não foram instalados.

No início, as atividades e discussões do grupo eram muito intensas e estratégicas, de modo a possibilitar visibilidade da existência desse coletivo para a PROACE. O GMPU lutou bravamente e conseguiu positivamente algumas conquistas, tais como a abertura do berçário, que esteve fechado por um período de transição entre aposentadoria de professoras e nova contratação, bem como obteve percentual de reserva de vaga importantíssima para a comunidade acadêmica, transformando discretamente o perfil da creche.

Devido à conclusão do curso de graduação para os membros que iniciaram a construção e implantação do GMPU, pouco antes do início da pandemia da COVID-19, e o surgimento desta pandemia em 2020, que requereu isolamento social, houve evasão de seus componentes e interrupção dos encontros no âmbito presencial. Apesar do recurso virtual ter sido muito utilizado no período pandêmico, o GMPU não conseguiu manter regularidade em suas interações por um longo tempo na rede, inclusive não sendo atualizado com informações relevantes, o que enfraqueceu a força atuante de seus membros.

Além disso, algumas mães indígenas universitárias retornaram para suas comunidades de origem e o acesso a meios digitais era difícil devido à má qualidade da internet. Portanto, além da falta de interação com o grupo, as atividades acadêmicas no ensino remoto foram prejudicadas para

essa população. Estudo mostra, que no período pandêmico as atividades escolares on-line em algumas aldeias, não estavam sendo realizados devido à falta de internet ou a baixa qualidade do acesso as redes (GOMES; GOMES, [s.d.]).

Durante o período de isolamento social o Ministério de Educação (MEC) disponibilizou chip com acesso à internet para alunos em situação de vulnerabilidade social das universidades federais (“MEC disponibilizará internet a alunos de universidades federais”, 2020). Mesmo, algumas mães indígenas sendo contempladas com esse dispositivo, nas regiões de suas comunidades o acesso não era favorável devido à conexão deficiente da internet.

Durante o período pandêmico, alguns membros do grupo tiveram algumas iniciativas em ativar as conversas virtuais e discutirem temas relevantes, tais como, projetos de recreação com a participação de estagiários durante o intervalo do período do almoço, pois a creche oferece um período integral, mas na verdade existe uma lacuna entre dozes as quatorze horas. Esse intervalo de duas horas no período do almoço não é favorável à mãe estudante, que, às vezes, tem que sair mais cedo da aula para buscar o(a) filho(a) na creche, retornar com a criança à creche e adentrar com atraso na próxima aula. Existe relato de experiência de mãe universitária, onde a creche fechava no horário de almoço e seus horários conflitavam com os das aulas (TORRE; SEMENZATO, 2021). A mesma situação se repete na hora da entrada no período da manhã e saída das crianças à tarde. Além disso, de ter a preocupação de conseguir pessoas que possam cuidar da criança, por não conseguir chegar a tempo na creche (TORRE; SEMENZATO, 2021).

Por causa do isolamento social devido à pandemia, os encontros presenciais foram interrompidos e o ambiente virtual deixou de ser ativo por falta de interação. Dessa forma, algumas discussões foram perdidas e a oportunidade de planejar reivindicações e conquistas de direitos também.

Salienta-se que este grupo teve papel relevante para conquistar algumas reivindicações, apesar de ainda constarem algumas pendências. No período pandêmico da COVID-19, apesar da atividade ser online, as lutas constantes e permanentes foram impactadas por este evento, ocorrendo evasão de participantes, devido à conclusão de curso de graduação de algumas mães e isolamento social, o que enfraqueceu a força atuante do grupo.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Além do episódio da pandemia que dificultou a efetivação do grupo, a universidade não está preparada para receber mães com seus filhos pequenos, justificada na invisibilidade do perfil destas mães universitárias pela própria universidade e na dificuldade de compreender as condições de permanência e diplomação dessas estudantes.

O modo operacional da creche instalada dentro do espaço universitário ainda não é adequado para a realidade das famílias mais pobres, pois muitas mães-universitárias, independente de serem indígenas, dependem de transporte público, bicicletas ou até mesmo de estarem a pé, de os horários de entrada e saída e intervalos das crianças na creche mais flexíveis. Se houvesse uma moradia estudantil destinada para esse público dentro do campus universitário, resolveria parte de suas preocupações com o cumprimento de horários e causando menos ansiedade com os compromissos acadêmicos.

Alguns fatores podem contribuir para a permanência dessas mães universitárias no meio acadêmico, tais como, minimização de fatores emocionais e físicos, melhorias na infraestrutura da universidade, além de ações afirmativas para conhecerem e acolherem melhor esse público.

O GMPU faz toda diferença pela mudança, considerando sua função de ser um espaço de luta de direitos, debates, divulgação e esclarecimentos. Enfatiza-se a importância do retorno do grupo, pois se faz uma referência para as próximas mães universitárias que precisam de uma rede de apoio no contexto acadêmico e pós primeiras ondas da COVID-19. Novas mães e pais devem fortalecer o grupo e torná-lo ativo novamente.

## 5.REFERÊNCIAS

BERGAMASCHI, M. A.; DOEBBER, M. B.; BRITO, P. O. Estudantes indígenas em universidades brasileiras: um estudo das políticas de acesso e permanência. **Rev bras Estud Pedagog**, v. 99, p. 37–53, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.99i251.3337> . Acesso em: 23 de Fev. 2023.

CABRAL, C. S. et al. Inserção de um grupo virtual na rede social de apoio ao aleitamento materno exclusivo de mulheres após a alta hospitalar. **Interface - Comunic, Saude, Educ**, v. 24, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/Interface.190688> . Acesso em: 23 de fev 2023.

CABRAL, C. S. et al. Análise de uma estratégia educativa virtual voltada para o apoio ao aleitamento materno exclusivo. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, v. 15, p. e45674, 31 ago. 2020. Disponível em: DOI:10.12957/demetra.2020.45674. Acesso em 23 de fev. de 2023.

GOMES, L.; GOMES, I. **Ensino Remoto Desenvolvido em Escolas Indígenas Potiguara da Paraíba.** [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://sol.sbc.org.br/index.php/ctrlr/article/download/11401/11264/>>. Acesso em: 2 mar. 2023.

HUR, D.U. et al. Estudantes indígenas na Universidade: uma sessão de grupo operativo. **Vínculo**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 99-119, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/75d323ad165443c59fb-33b1>. Acesso em: 23 de fev. 2023.

JONES, K. et al. A qualitative analysis of feelings and experiences associated with perinatal distress during the COVID-19 pandemic. **BMC Pregnancy and Childbirth**, v. 22, n. 1, 18 jul. 2022. Disponível em: [Doi: 10.1186/s12884-022-04876-9](https://doi.org/10.1186/s12884-022-04876-9). Acesso em: 25 de fev.2023.

MARTINEZ, F.. Feminismos em movimento no ciberespaço. **Cad. Pagu**, n.56, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449201900560012>. Acesso em: 01 de mar. 2023.

**MEC disponibilizará internet a alunos de universidades federais**. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-08/mec-disponibilizara-internet-alunos-de-universidades-federais>>. Acesso em: 2 mar. 2023.

MOLINA, K.S.; RIBEIRO, P.R.C. Mulheres indígenas universitárias: problematizando ações afirmativas. **Rev Diversidade e Educação**, v.9, n.Sp, p.287-313, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/de.v9iEspecial.12633>. Acesso em: 23 de fev. 2023.

SANTOS, V. F. N. DOS; PASCOAL, G. B. Aspectos gerais da cultura alimentar paraense. **Revista da Associação Brasileira de Nutrição - RASBRAN**, v. 5, n. 1, p. 73–80, 19 nov. 2013. Disponível em: <https://www.rasbran.com.br/rasbran/article/view/10>. Acesso em 20 de mar de 2023.

SILVA, M. C. R. F.; GUEDES, C.. Redes sociais e ativismo materno: desafios entre estudantes de uma universidade pública. **Rev Katálysis**, v. 23, n. 3, p. 470–9, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p470>. Acesso em: 01 de mar. 2023.

TORRE, L. C.; SEMENZATO, C. DE C. “Ele achou que ia ganhar um diploma também”: a experiência de mães estudantes e seus bebês, nos cursos de graduação de uma universidade pública. **repositorio.ufscar.br**, 2 dez. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/15736>. Acesso em: 2 mar.2023.

VERA, I.; AVERSI-FERREIRA, T. A.; LUCCHESI, R. A experiência do professor orientador de estudante indígena em enfermagem. **Acta Paul Enferm**, v. 24, n. 2, p. 289–293, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002011000200021>. Acesso em 2 mar.2023.

VIEIRA, N. S. INDÍGENAS MULHERES ACADÊMICAS: **Vozes insurgentes e corpos resistentes nas universidades brasileiras.** Disponível em: [https://www.academia.edu/56569500/IND%C3%8DGENAS\\_MULHERES\\_ACAD%C3%8AMICAS\\_RBA\\_2020](https://www.academia.edu/56569500/IND%C3%8DGENAS_MULHERES_ACAD%C3%8AMICAS_RBA_2020) . Acesso em 25 de fev. 2023.